

ATA

5ª Reunião da Assembleia de Delegados
da Ordem dos Arquitectos/Extraordinária (2023-2026)

2.novembro.2024
9h30 – Videoconferência

No dia 2 de novembro de 2024, reuniu a Assembleia de Delgados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 5.ª reunião, do mandato 2023-2026, reunião de caráter extraordinário, em formato telemático, através da plataforma zoom.

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Alexandre Ferreira, Ana de Bastos, Ana Nascimento, António Maria Costa, Bernardo Amaral, Carla Vieira, Carlos Antunes, Daniel Carrapa Dias, Décio Ferreira, Duarte Nápoles (em substituição de Igor Espínola França), Marta Falcão, João Costa Ribeiro (em substituição Francisco Freitas), João Cravo, João Paulo Bessa, Jorge Teixeira, Jorge Toscano, Lucinda Correia (em substituição Paulo Pardelha), Nuno Freitas, Patrícia d’Andrade, Paulo Pisco, Pedro Crisóstomo, Renato Costa, Sérgio Antunes, Susana Rato e Teresa Novais.
- **Não participaram** Duarte Caldeira que justificou a sua ausência, Inês Mendes (em substituição de José Luís Fernandes) e Lenea Andrade (em substituição de Mário Martins).
- **Foram convidados** e estiveram presentes: do Conselho Diretivo Nacional - o Presidente, Avelino Oliveira, o Tesoureiro - António Laúndes.
- **Participaram ainda** a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação da Ata da 4ª reunião, realizada em 29 junho de 2024;
2. Proposta de Protocolo de Repartição de Quotização da OA para 2025;
3. Proposta de Princípios Orientadores do Orçamento da OA para 2025;
4. Outros assuntos

O Presidente, Jorge Teixeira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 9 horas e 45 minutos.

Cumprimentou e agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião. Entrando-se de seguida na Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Aprovação da Ata da 4ª Assembleia de Delegados

O Presidente informou que houve só um pedido de alteração à proposta de Ata, previamente enviada, solicitada por Igor Espínola França, já introduzido.

Seguidamente foi colocada à votação, a **Ata da 4ª AdDelegados** que foi aprovada por unanimidade. Sendo que os Delegados ausentes na referida reunião e os Delegados em substituição não votaram.

Marta Falcão - pediu a palavra para informar que só hoje teve oportunidade de fazer e enviar a Declaração de voto referida na última ata, conforme indicado no ponto 3 da OT - sobre as Normas Transitórias para a eleição dos titulares do Conselho de Supervisão da OA.

O Presidente referiu que a Declaração de voto será enviada por mail aos Delegados para, querendo, a subscreverem e posteriormente será anexa à Ata da 4ª reunião.

Ponto 2. Proposta de Protocolo de Repartição de Quotização da OA para 2025

O Presidente da AdDelegados, fez um breve enquadramento deste ponto e deu a palavra ao Presidente do Conselho Diretivo Nacional, Avelino Oliveira e ao Tesoureiro, António Laúndes, que fizeram, respetivamente, o enquadramento e deram diversas explicações relativas ao protocolo de Repartição de Quotização, nomeadamente:

Avelino Oliveira – começou por dar os parabéns e agradecer às equipas que participaram nos trabalhos e reuniões para a elaboração da presente proposta de repartição de quotização, nas quais participaram todos os presidentes e tesoureiros das SR's e principalmente na pessoa do António Laúndes, que conseguiram chegar a um acordo praticamente pleno sobre a repartição. Mencionou que, apesar de tudo, ainda existem diversos desequilíbrios, dado existirem valores difíceis de prever. Acrescentou ter sido feito um esforço de modo a otimizar recursos e sistemas de trabalho. Salientou ainda que a situação financeira da Ordem se encontra estabilizada, apesar de se antever que o próximo ano será muito difícil, tendo em conta as alterações legislativas com relevo para a profissão que se preveem acontecer no próximo ano, a realização do Congresso, entre outros objetivos que têm em mente realizar. Já quanto a uma futura alteração nos valores da quotização e outros recursos financeiros terá ainda de haver um papel de grande diálogo para que se procedam a estes reajustes e equilíbrios.

Mas é com satisfação e orgulho que transmite, que em novembro este assunto estará definido e os princípios orientadores do Orçamento também praticamente acertados. Despediu-se informando que teria de se ausentar, por algum tempo, por compromissos profissionais da OA e saiu da reunião.

António Laúndes - com base na apresentação do documento, previamente enviado e em anexo (anexo1) referiu que este Protocolo não tem grandes alterações em relação ao apresentado no ano anterior. Mencionou que todas as Secções apresentaram os seus estudos e propostas relacionadas e ele com esses dados e valores fez, na medida do possível, a transferência dos valores correspondentes de cada SR para os quadros, que se encontram no documento. Desde logo se verificou que 3 das SR's, mais pequenas não estavam, por agora, em condições de alterarem o protocolo, pelo que, deste modo, se mantiveram as percentagens regionais. Mencionou ainda que o CDN propôs reduzir a sua percentagem de 30% para 29%, mas quase a unanimidade das Secções não concordaram com esta opção, dadas as exigências prevista para o ano de 2025, pelo que o Protocolo e o princípio de cálculo seja semelhante ao ano anterior. Seguidamente deu uma breve explicação de como são efetuados estes cálculos e da forma como se chega ao valor do fundo de equilíbrio mínimo de 5% das SRegionais apesar de, nos números finais 3 dessas Secções se encontrarem abaixo desse limiar. Referiu ainda outros tópicos tais como a viabilização do CDN ou outras informações de relevância, nomeadamente o de manter o valor da quota, etc...

Concluindo apresentação do protocolo da repartição de quotizações, colocou-se a disposição para esclarecer dúvidas e prestar esclarecimentos.

Inscreveram-se para o debate deste Ponto os Arquitectos:

Marta Falcão - questionou, nomeadamente em relação ao caso dos Açores, por que razão persistem os seus problemas, assim como das outras Secções mais pequenas. Perguntou se é feita uma monitorização e, caso seja feita, refere ainda que deveria ser possível verificar se essas pequenas secções conseguem trabalhar sem constrangimentos financeiros. Em resumo, questionou se esta repartição dá ou não razão à SR Açores.

António Laúndes – respondeu que monitorização é feita constantemente e existem controlos orçamentais. Mencionou que os Açores são os mais enérgicos nas suas preocupações, mas também existem outras preocupações e exigências na gestão das outras secções. Quanto à 2ª questão se serão elas capazes de garantir e fazer o seu trabalho, constata-se que estas têm tido resultados positivos e os planos de atividades assim como a gestão estrutural tem sido garantida por todas as Secções, apresentado até valores positivos, que contrasta com o que aconteceu no ano anterior.

João Costa Ribeiro - comentou que não querendo discutir os valores e concordando que têm de existir valores mínimos para o funcionamento de cada secção e que estes se encontram regulamentados, mas questiona é a falta de enquadramento para os 30 % do CDN/órgãos nacionais, considerando que este valor deveria ser fundamentado e mais sustentado.

António Laundes – respondeu que os 30% para os órgãos nacionais não deverá ser uma reflexão para este momento, mas para uma próxima reunião quando se estiver a analisar o próximo Orçamento para 2025 e o relatório de 2024. Mencionou ainda que ao incluir-se nos órgãos nacionais o novo órgão de Supervisão, que será um órgão enorme e irá ter um grande peso, provavelmente esses 30 % poderão nem ser suficientes, mas, reafirmou que essa reflexão deverá ser, efetivamente, feita.

Ana Nascimento – colocou a questão no sentido de saber se esta lógica de quotização é suficiente para o funcionamento das Secções ou se estas manifestamente deixam de fazer certas atividades por falta de recursos.

António Laundes – respondeu que esta é a questão de sempre, as novas SR's tem como mira as Secções já anteriormente instaladas e à imagem do que já conheciam, mas existe também a necessidade de enquadramento geográfico e regional, e se fará sentido que se estas SR's mais pequenas façam também o que fazem as SR's maiores (Norte e LVT) e se estas últimas também não poderão redimensionar-se. São diversas as questões que se podem colocar, sendo que as Secções podem entreajudar-se e procurar uma melhor coordenação entre todos de modo a que este desequilíbrio não seja tão notório, nomeadamente quanto ao valor que cada membro representa nas finanças da secção de modo a que não se sintam membros de segunda ou sintam certas dificuldades. Salaria que neste momento os arquitetos se encontram todos mais próximos e representados quando comparado com anteriores mandatos. Conclui que é importante que aceitem que haja serviços partilhados que sirvam a todos, porque não lhe parece fazer sentido ser de outro modo.

Sérgio Antunes – começou por referir que foi criada na primeira reunião da AdDel uma Comissão para acompanhamento da revisão do ROFERLOA, e que tenha conhecimento, esta nunca reuniu, nem foram chamados a participar, seguidamente manifestou a sua visão e por ter feito parte da direção da LVT, no anterior mandato, concorda que realmente existe uma tentativa de espelho das SR's mais pequenas em relação as SR maiores mas, na sua opinião, o papel principal destas SR's é sobretudo para as suas relações com o exterior e acompanhamento aos membros, mas quanto ao "backoffice" não faz sentido, nem entende que cada SR tenha ou queira ter o controle absoluto de cada área, podendo estas ser partilhadas.

Jorge Teixeira - confirmou a aprovação dos GT's, para além da Comissão de Acompanhamento do ROFERLOA cuja composição foi dada a conhecer ao CDN, também foi aprovado o GT para a Revisão dos Estatutos, que uma vez que não tem havido grande abertura por parte do Governo para essa revisão, ainda não reuniu mas irá, oportunamente agendar uma reunião para poderem discutir a revisão mesmo que, eventualmente, possa apenas vir a ter alguma viabilidade no futuro.

António Laundes – admitiu em relação ao ROFERLOA e a esta Comissão de acompanhamento que se não foi chamada é porque houve certamente um erro, visto ter havido já algumas reuniões nesse sentido e que está em discussão a criação de uma versão revista desse regulamento. Esse facto não quer dizer que os Delegados não venham a ser chamados para quando os trabalhos estejam já num estado mais adiantado e disponham de uma versão mais concreta e depurada sobre a matéria. Mm relação à segunda parte da exposição de Sérgio Antunes não podia estar mais acordo, pois faz todo o sentido que determinados serviços possam estar centrados num sítio e sejam partilhados.

Décio Ferreira - agradeceu a apresentação e referiu que só pretende reforçar o que se tem falado nos últimos 5 anos e os problemas que se mantém com as SR's a dizerem que não tem dinheiro. Há 5 anos que estamos com este ROFERLOA. Reforçou que o Regulamento tem de ser discutido, bem estudado e regulamentado, para não se continuar sempre a discutir os mesmos problemas, de dinheiro basicamente, e que não faz sentido continuar-se sistematicamente a adiar esta questão do ROFERLOA.

Jorge Toscano – pensa que neste momento se percebe que a AdDel precisa de mais conhecimento sobre estes assuntos que devem ser mais debatidos e ponderados e sugere que se solicitasse uma reunião com os vários grupos que se encontram a debater o ROFERLOA, visto este não ser o momento adequado, estando a extrapolar o ponto em discussão, visto que estão de acordo que este é o ROFERLOA aceite de momento.

Jorge Teixeira – chamou a atenção que era importante incorporar os eleitos da Comissão da AdDel, para participarem e poderem dar nota à AdDel do que vai acontecendo, estando eles nomeados é importante tê-los a acompanhar este assunto para que possam dar nota do seu andamento à Assembleia.

António Laundes – confirma que sim, deveriam ser chamados, mas deixou como desafio pensarem no seguinte: Uma vez que o ROFERLOA foi criado a pensar na instalação das SR's e potenciar essa instalação, assumindo que estas já se encontram instaladas, talvez o ROFERLOA já não faça sentido e deveria ser deixado para trás, e começarmos a pensar de outra forma.

Avelino Oliveira – Referiu que o problema central para esta alteração ou não do ROFERLOA, advém dos Estatutos e que, até ao momento, o Governo ainda não adotou qualquer atitude no sentido de rever os Estatutos e por isso, o ROFERLOA acaba por ser só discutido aquando do orçamento, uma vez que não dispomos de outro instrumento que permita fazer isso. Assim, e enquanto não houver acordo quase pleno e as todas as SR's em possam ceder ou abdicar de alguma maneira e não houver alteração aos Estatutos, é algo que é bastante difícil.

Alexandre Ferreira – tomou a palavra para saudar duas coisas. A primeira, a vontade do CDN para rever o protocolo e ter a abertura de convidar todas SR a dar contributos e opiniões, o que é um excelente princípio, e a segunda, e mais surpreendente, é ter sugerido abdicar de uma parte da sua receita, que seria ainda um valor significativo. Agradeceu ao CDN, ao António Laúndes e toda equipa por terem esta abertura, coesão e solidariedade não só de palavras, mas também de atos. E para concluir, na sua opinião, as SR são extremamente importantes e focos de inovação, mas deverão ser partilhados alguns dos serviços burocráticos e administrativos que podem aliviar os seus meios financeiros, podendo estes virem a ser utilizados noutros focos e interesses.

Lucinda Correia – manifestou a sua opinião relativamente a questão da descentralização para depois centralizar de alguns serviços, parecendo-lhe algo contraditório uma vez que estão criadas certas expectativas nas SR's sobre verbas e valores a atribuir. Questionou ainda se existe algum tipo de estratégia para atrair os membros a pagar as quotas uma vez que existem tantos membros suspensos.

António Laundes – agradeceu a opinião e mencionou que as reflexões são sempre positivas. Sobre a questão que a Lucinda deixa, relativa às estratégias para aumentar a receita estrutural, apesar de existirem também receitas extraordinárias, obviamente que se têm tentando passar a mensagem e mostrar aos membros como é importante terem a sua inscrição ativa na AO. Esse é esforço que tem sido feito nomeadamente pelo Arquitecto Avelino Oliveira, e bem, mas efetivamente existe ainda um grande número de arquitetos que estão suspensos ou que não pagam a quota e que continuam a acumular dívida, mas existem já algumas estratégias que estão a ser estudadas e aplicadas.

Avelino Oliveira - Salientou sobre este tópico de recuperar os membros suspensos, que se verificarem, os números nas 4 SR mais pequenas são praticamente residuais. Os grandes números de arquitetos suspensos, encontram-se em LVT seguido do Norte, sendo que este número é quase 25% a 30%, e tal acontece porque os Arquitectos, inconscientemente, que trabalham na Administração Pública ou em grandes ateliers, pensam que não é necessário estarem inscritos e pagarem quotas da Ordem. Assim, tem de se reverter este processo, têm de se valorizar a Ordem para que estes venham a considerar útil a inscrição. Mais, salientou que este processo e os números já se encontram em inversão e têm dados muito positivos o que é de muito importante. Também a receita extraordinária, os patrocínios, têm aumentado. Seguidamente deu alguns exemplos de interajuda e nomeadamente o Encontro no qual participa hoje, a acontecer na Ilha do Pico, organizado, em conjunto, pelas SR dos Açores e da Madeira.

Após a Assembleia ter obtido os esclarecimentos e resposta às dúvidas colocadas ao Tesoureiro e Presidente do CDN, o Presidente colocou à votação este ponto.

Foi colocado à votação a **Proposta de Protocolo de Repartição de Quotização da OA para 2025** que foi aprovado por **Maioria com Vinte (20) votos a Favor; um (1) voto Contra** de Patrícia d'Andrade, e **Quatro (4) Abstenções** (Lucinda Correia, Sérgio Antunes, Duarte Nápoles e João Costa Ribeiro).

Ponto 3. Proposta de Princípios Orientadores do Orçamento da OA para 2025

O documento “Proposta de Princípios Orientadores do Orçamento da OA para 2025”, (anexo3) foi apresentado pelo Conselho Diretivo Nacional, com Avelino Oliveira a salientar os aspetos mais relevantes e António Laúndes explicando alguns dos itens principais, números e valores nele contidos.

Avelino Oliveira – referiu que a proposta de princípios orientadores tem de acompanhar o protocolo e é a base do Orçamento. Explicou os grandes eixos orientadores referindo que, internamente, serão a valorização dos recursos humanos e a reclassificação dos principais ativos. Têm apostado muito no apoio à prática, sendo esta uma área fundamental, na Encomenda e, porque cada vez mais solicitada, a assessoria da Ordem, nomeadamente aos Municípios que cada vez mais recorrem à Ordem. Referiu também a aposta na formação profissional gratuita aos membros, não apenas para a admissão, mas para todos os membros. Externamente teremos o Congresso que será muito virado para fora e de afirmação da Arquitectura. Referiu ainda que a Ordem está a ser chamada para diferentes áreas, nomeadamente com o Governo, o que obriga a um grande esforço para Ordem.

Mencionou que no Plano de Atividades não se irá abdicar de nenhuma das boas iniciativas que já vem de trás e serão outras criadas. Afirmou existirem 3 eixos fundamentais a que vão dar toda atenção: legislação e código de construção, a definição das carreiras da Administração Pública e, o mais difícil de todos, os Honorários. Informou que já falou com o Presidente da AdDel para que oportunamente seja realizada uma AdDelegados extraordinária só para discutirem este assunto calmamente e de forma não deliberativa, sobre a estratégia que está a ser pensada.

António Laúndes – baseado no documento elencou alguns objetivos e atividades com breves apartes e explicações sobre cada uma delas, nomeadamente na aproximação dos membros à Ordem e tornar a Ordem sustentável, na monitorização com a sistematização de instrumentos de gestão e controle de custos, melhoramento dos serviços e ferramentas que se tem de disponibilizar. Seguidamente apontou a formação já explicada pelo Avelino, que anteriormente era um serviço único e partilhado, mas que se pretendem que venha a ser parcialmente descentralizado. O Congresso, também já referido, o Portal que se quer potenciar e melhorar; o lançamento de um concurso para o seguro de responsabilidade civil que seja possível incrementar o capital base caso os membros assim o pretendam, sem que sejam chamados a pagar valores exorbitantes; o cartão de saúde, de modo a que igualmente possam beneficiar de serviços base e que cada membro possa ajustar às suas necessidades, entre outros tópicos.

Deu ainda algumas explicações sobre a estrutura do Orçamento e à repartição das diversas receitas e despesas pelas Secções. Já relativamente ao Congresso, o que é inovador é que agora passará a ser financiado com uma repartição com base no número de membros de cada Secção e não em igual percentagem para todas como anteriormente, assim como para outras receitas e atividades.

Concluindo a explanação, não havendo questões ou pedidos de intervenção por parte da Assembleia.

O Presidente colocou à votação a **Proposta de Princípios Orientadores do Orçamento da OA para 2025** que foi aprovado por **Maioria** com **Vinte (20) votos a Favor; dois (2) votos Contra** de Patricia d’Andrade e Duarte Nápoles, e **três (3) Abstenções** (Lucinda Correia, Sérgio Antunes e João Costa Ribeiro).

Ponto 4. Outros Assuntos

Jorge Teixeira – informou que o Presidente do CDN tinha algumas informações a prestar.

Foi dada a palavra a **Avelino Oliveira** que prestou as seguintes informações aos Delegados:

Primeiro, sobre o tema que decorre da alteração legislativa a propósito do acórdão do Tribunal Europeu acerca da habilitação necessária para os atos próprios da profissão de Arquiteto. Tendo sido dada parcialmente razão a que os Engenheiros possam assinar projetos de Arquitectura, já foi falado como o Governo pelo que se entrou num processo negocial, parcialmente resolvido. Depende agora apenas de uma necessária decisão do Primeiro Ministro, que se aguarda com esperança que impere o bom senso.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Seguidamente, deu informações sobre a questão dos Honorários, do dumping e da concorrência desleal por parte do Governo e entidades públicas. Perante este cenário é provável que este assunto possa vir a público e, nessa altura, terá de se agir e terá de se enviar um extenso relatório e reflexão sobre este tema ao Governo. Solicitou que os membros que tenham conhecimento de casos sobre esta questão os que façam chegar CDN. Esses casos são importantes, porque é necessário documentar o melhor possível, as circunstâncias em que se faz a contratação pública dos serviços de arquitetura.

O Presidente, Jorge Teixeira - agradeceu todo o trabalho, esclarecimentos e presença do Presidente e Tesoureiro do CDN, que se despediram e saíram da reunião.

Patrícia d'Andrade - pediu a palavra para referir que aquando da votação do ponto 2 a sua internet foi totalmente abaixo, mas gostaria que o seu voto Contra, fosse contabilizado.

Jorge Teixeira - informou que tal já tinha sido efetuado.

Seguidamente informou que próxima reunião da AdDelegados se irá realizar na SRCentro, no dia 30 de novembro, em local a definir para se discutir e analisar os seguintes assuntos:

Proposta XVII Congresso dos Arquitectos no Alentejo; Revisão dos Regulamentos da Ordem dos Arquitectos;

Análise e pronuncia da AdDel sobre a situação sobre o Estado da encomenda pública em Portugal;

Alterações legislativas com impacto no exercício da profissão; entre outros.

Será uma reunião de dia inteiro, parte da manhã com um almoço e parte da tarde, prevendo que termine pelas 17:00 horas.

Informou ainda sobre a realização uma outra reunião para aprovação do Orçamento na 2ª ou 3ª semana de dezembro.

Terminada a ordem de trabalhos e não havendo outros assuntos a debater, o teor desta Ata Sintética foi lido e colocado a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade** pelos delegados presentes, nesta altura, (23) e subscrita pelo Presidente da Mesa.

O Presidente deu por encerrada a reunião às 12 horas e 30 minutos, e agradeceu a presença e participação de todos, e dela foi elaborada a presente ata que será depois de aprovada em próxima reunião e assinada pelo Presidente e Vice-Presidente.

Jorge Teixeira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Décio Oliveira
Vice-Presidente da Assembleia de Delegados